

Movimento Todos Pela Educação e o empresariamento do Novo Ensino Médio no Brasil

Maria Eduarda Rissatti Souza¹ Neide de Almeida Lança Galvão Favaro²
Priscila Semzezem³

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o projeto da iniciativa privada para o novo Ensino Médio brasileiro, a partir do Movimento Todos Pela Educação (TPE). Pretende verificar a influência do ideário desse grupo de empresários na reforma de 2017, a fim de desvelar os interesses dos representantes do capital sobre o Ensino Médio e suas consequências para a formação humana. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica, de caráter qualitativo e amparada nos pressupostos do materialismo histórico. Constatou-se que o projeto do capital para o novo Ensino Médio brasileiro obteve força com a atuação decisiva dos grupos de empresários nas políticas educacionais em curso, dentre eles o TPE, cujo objetivo foi adequar a Educação Básica brasileira a seus interesses. Isso fica expresso na reforma do Ensino Médio de 2017, que intensificou a flexibilização curricular e ampliou as condições para o estabelecimento das Parcerias Público-Privadas (PPP). Infere-se que o setor privado propaga a reforma para assegurar as condições para captar recursos públicos, resultando em uma formação instrumental e utilitarista, que promove o disciplinamento da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Capital, Ensino Médio, Parcerias Público-Privadas, Movimento Todos Pela Educação.

Movimento Todos Pela Educação and the New High School entrepreneurship in Brazil

Abstract

This study has as aim at analyzing the private initiative project for Brazilian new High School from the Movimento Todos Pela Educação (TPE). It intends to verify the influence of this businessmen group ideas in 2017 reform to unveil the interests from the capital representative over the High School and their consequences for the human formation. This is a bibliographic, qualitative research supported by the historical materialism assumptions. It was found that the capital project for the new Brazilian High School has strengthen with decisive role of business groups in ongoing educational policies, TPE among them, whose objective was to adapt Brazilian Basic Education to their interests. This is expressed in the 2017 High School reform, which intensified curriculum flexibility and expanded conditions for Public-Private Partnerships (PPP) establishment. It is inferred that private sector propagates the reform to ensure conditions to raise public funds, which results in an instrumental and utilitarian formation that promotes the working-class disciplining.

Keywords: Capital, High School, Public-Private Partnerships, Movimento Todos Pela Educação.

¹ Licenciada em pedagogia Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Mestranda em Ensino, PPIFOR-UNESPAR, Paranavaí, Paraná, Brasil. Bolsista CAPES, Brasil. Integrante do GEPTESC (CNPQ/UNESPAR). Endereço para correspondência: Rua Minas Gerais, n. 1600, Centro, Santa Helena, Paraná, Brasil, CEP: 85892-000. E-mail: mah_rissatti@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Colegiado de Pedagogia e do Mestrado em Ensino (PPIFOR) na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus Paranavaí, Paraná, Brasil. Líder do GEPTESC (CNPQ/UNESPAR). Endereço para correspondência: Rua Guadalajara, 688, Vila Morangueira, Maringá, Paraná, Brasil, CEP: 87040-130. E-mail: neidegafa@hotmail.com.

³ Doutorado em Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora no Colegiado de Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus Paranavaí, Paraná, Brasil. Vice-líder do GEPTESC (CNPQ/UNESPAR). Endereço para correspondência: Rua Bernardino Bogo, 208, Centro, Mandaguaçu, Paraná, Brasil, CEP: 87160-000. E-mail: priscilasemzezem@hotmail.com.

Movimento Todos Pela Educação y el emprendimiento de la Nueva Escuela Secundaria em Brasil

Resumen

Este estudio tiene el objetivo de analizar el proyecto del sector privado para la nueva Escuela Secundaria brasileña desde el Movimento Todos Pela Educação (TPE). Pretende verificar la influencia de las ideas de grupo de empresarios en la reforma de 2017 para aclarar los intereses de los representantes del capital sobre la Escuela Media y sus consecuencias para la formación humana. La investigación se caracteriza como bibliográfica, cualitativa y soportada por los supuestos del materialismo histórico. Fue constatado que el proyecto del capital para la nueva Escuela Secundaria brasileña ha obtenido fuerza con la actuación decisiva de grupos de empresarios en las políticas educativas que están aconteciendo, entre ellos el TPE, cuyo objetivo fue adecuar la Educación Básica brasileña a sus intereses. Ello se queda expresado en la reforma de la Escuela Secundaria de 2017, que ha intensificado la flexibilización curricular e ampliado las condiciones para establecimiento de Asociaciones Público-Privadas. Se infiere que sector privado propaga la reforma para asegurar condiciones para obtención de recursos públicos, lo que resulta en una formación instrumental y utilitarista que promueve disciplinar la clase trabajadora.

Palabras clave: Capital, Escuela Secundaria, Asociaciones Público-Privadas, Movimento Todos Pela Educação.

INTRODUÇÃO

A aprovação do Novo Ensino Médio brasileiro, sancionado por meio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), no governo de Michel Temer (2016-2018), vem acarretando mudanças significativas nessa etapa da Educação Básica. Salientam-se dentre elas a flexibilização do ensino, a forte inserção da educação a distância (EAD), além das distintas formas de integralização e oferta do currículo do Ensino Médio, medidas essas que abrem as portas para as parcerias público-privadas (PPP).

As PPP são caracterizadas como contratos estabelecidos entre o poder público e privado, ou seja, se constituem na transferência de responsabilidades, recursos e prestações de serviços do setor público à iniciativa privada.

Nas últimas reformas nacionais de políticas públicas tem ficado evidente a atuação intensa dos grupos de empresários nas decisões relativas à Educação Básica em geral e ao Ensino Médio em específico. O processo de elaboração e aprovação da Reforma do Ensino Médio revelou a participação e o embate entre diversos setores sociais, envolvendo tanto os representantes dos interesses dos trabalhadores como aqueles ligados aos empresários. No caso dos segundos, sua atuação fez-se de forma organizada e articulada, o que exige um olhar mais atento para revelar esse complexo e contraditório processo socioeducacional.

O Movimento Todos Pela Educação, aqui denominado apenas Todos pela Educação (TPE), ganhou relevância devido a sua intensa e constante participação na Reforma. Sob o argumento convincente e sedutor de melhorar o contexto educacional, ele tem promovido diversos debates e disponibilizado estratégias para assegurar a “qualidade educacional brasileira”. Mediante a necessidade de se compreender esse processo mais a fundo, busca-se contribuir no desvelamento desse movimento

em curso verificando como o TPE atuou na formulação e aprovação da Reforma do Ensino Médio, a fim de apontar seus interesses e as consequências sociais e políticas advindas desse contexto.

METODOLOGIA

Para analisar o projeto da iniciativa privada para o novo Ensino Médio brasileiro a partir do Movimento Todos Pela Educação, adota-se a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, amparada no materialismo histórico.

Com a finalidade de expor os resultados, o artigo está organizado em três momentos: no primeiro o TPE é caracterizado em suas origens, constituição, organização e objetivos; em seguida identificam-se suas proposições para o Ensino Médio e a interferência desse Movimento na elaboração, aprovação e implementação da Reforma de 2017; e, por fim, desvelam-se os interesses dos representantes do capital no Ensino Médio, identificando suas bases socioeconômicas e apontando as consequências formativas da reforma aprovada.

ANÁLISE E RESULTADOS

Movimento Todos Pela Educação: objetivos e características

A educação pública brasileira tem sido alvo frequente de discussões e mudanças, e nesse contexto são propagadas afirmações, tais como a de que é preciso melhorá-la para o país se desenvolver. Dentre os principais argumentos disseminados na atualidade, muitos referem-se aos índices insatisfatórios na avaliação de larga escala da escola pública. Partindo-se da constatação de seus resultados insuficientes, a educação, tal como se configura, tem sido concebida por vários atores como inapropriada aos olhos da juventude. Sob tal justificativa, grupos de empresários, em parcerias com o Estado, colocam-se à disposição para “melhorar” a educação e “promover” a “qualidade da educação” das juventudes brasileiras.

Um exemplo e porta-voz desse processo é o TPE, Movimento criado em 2006 por representantes empresariais para examinar e discutir a atual educação brasileira, processo que se dá sob as configurações do capital mundial. Para evidenciar essa vinculação, destacamos alguns dos componentes e criadores deste Movimento: Financeira Itaú Unibanco Participações S.A, Fundação Lemann, Fundação Jacobs e Grupo Gerdau, dentre outros. Uczak e Bernard (2021) constataram que eles foram os responsáveis por apoiar a fundação do TPE, através da realização da Conferência intitulada Ações

e *Responsabilidade Social em Educação*, no ano de 2006, com o apoio do *Programa de Reformas Educacionais para a América Latina* (PREAL), que foi gestado por organismos multilaterais.

O TPE proclamou então seu empenho de transformar a situação educacional do Brasil, principalmente no que se refere à sua “qualidade”, e para atingir tal objetivo lançou o Projeto Plano de Metas *Compromisso Todos Pela Educação*.

Esse Plano de Metas foi legitimado ainda no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, cujo objetivo foi dispor sobre “[...] a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica” (Brasil, 2007, p. 01). Ele foi posto em pauta no evento que uniu empresários e líderes da sociedade civil, denominado *Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina*, que foi realizado no Museu do Ipiranga, na cidade de São Paulo, SP, no ano de 2006.

Pinheiro (2018) destaca o período de consolidação do TPE e a atuação frequente dos movimentos empresariais no meio educacional, advertindo para o fato de que isso não é exclusividade da época atual.

O movimento Todos Pela Educação se organizou durante o Governo Lula, mas existiam ações embrionárias de unificação da ação empresarial no campo da educação que são anteriores a essa. Os diversos setores empresariais sempre atuaram de forma individual ou coletiva nas ações educacionais brasileiras, quer sejam municipais, estaduais ou federais. Em momentos diferentes, em formatos variados, mas fato é que sua atuação invariavelmente tencionou o Estado e a definição das políticas públicas (Pinheiro, 2018, p. 63).

O TPE apresenta-se como uma iniciativa da sociedade civil, sendo assim, configura-se como uma rede interligada entre “[...] agentes sociais, intelectuais, empresas, instituições públicas e privadas e grupos de interesses hegemônicos, articulados em torno de um discurso comum” (Voss, 2011 apud Bernardi; Rossi y Uczack, 2014, p. 04). O que se constata é que tais agentes são membros de vários setores da sociedade, para além da educação, sendo uma marca de destaque o fato de que a maioria deles está ligada à economia e à administração, ou seja, ao mundo dos negócios. O próprio TPE se apresenta e se identifica, explicitando o que o constitui e quais as suas pretensões.

Somos uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado (Todos Pela Educação, s/d, p. 01).

Ele é configurado por uma representação dos setores empresariais da sociedade, que concebe a gestão de seus empreendimentos como precursora do desenvolvimento econômico do país, conforme Pinheiro (2018) explicita. O lucro é o foco de seus negócios, mas, quando colocados a refletir sobre a gestão da escola pública, sua ênfase discursiva, normalmente, não se volta nem exclusivamente nem explicitamente ao lucro, mas enfatiza os poucos resultados nas avaliações institucionais, que

são tomados como critério de qualidade. É visível como as condições reais e as especificidades da educação ficam relegadas a segundo plano, ou são totalmente desconsideradas.

O que se constata é a defesa de que seu modelo de gestão de negócios deveria ser transposto para as políticas públicas, já que são empresas de sucesso. Para elucidar os reais objetivos de seus discursos, é importante caracterizar os múltiplos agentes ligados diretamente ao TPE, uma vez que este é um Movimento que possui uma organização administrativa consolidada. Martins (2008) salienta que a estrutura organizacional do TPE é bem definida, principalmente em termos técnicos e políticos.

É constituída por uma Presidência, ocupada por um empresário articulador da organização; um Conselho de Governança, composto por dezesseis empresários ou representantes de empresas; um Comitê Gestor, composto por seis dirigentes, sendo cinco deles empresários; uma Comissão de Comunicação, composta por seis membros, todos ligados a grupos empresariais; uma Comissão de Articulação, integrada por doze membros numa composição mais diversa (empresários, representante da Igreja Católica, lideranças de movimentos sociais, representante da Unesco, representante do Ministério da Educação); uma Comissão Técnica, composta por dezesseis membros, predominantemente por empresários; uma Comissão de Relações Institucionais, ocupada por um empresário; e por fim, uma Equipe Executiva, composta por dez membros (não-empresários), sob a direção de uma Presidência-Executiva a cargo de um intelectual orgânico do capital com trajetória na educação (Martins, 2008, p. 05).

Essa forma de organização revela o nível de articulação e organização por parte do setor privado em se tratando de assuntos educacionais, demonstrando a importância da questão educacional no âmbito de seus projetos. Sua estrutura administrativa e política é muito bem explicitada, conforme o quadro 1 abaixo, em que se denotam os Conselheiros de Governança do TPE e suas empresas.

Quadro 1–Conselhos de Governança do TPE

NOME DO CONSELHEIRO	EMPRESA QUE REPRESENTA
Jorge Gerdau Johannpeter	Instituto Gerdau
Ana Maria dos Santos Diniz	Instituto Grupo Pão de Açúcar
Antonio Jacinto Matias	Fundação Itaú Social
Beatriz Johannpeter	Instituto Gerdau
Daniel Feffer	Susano Holding SA e Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - Brasil
Danilo Santos de Miranda	Diretor Regional SESC SP
Denise Aguiar Alvarez	Diretora Fundação Bradesco
Fernão Carlos Botelho Bracher	Itaú e Banco BBA Creditanstalt , Ex presidente do Banco Central
José Francisco Soares	Conselho Consultivo do INEP e membro do Conselho Técnico do INEE (Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación – México)
José Roberto Marinho	Fundação Roberto Marinho- Rede Globo
Luiz Norberto Pascoal	Grupo D’Pascoal e Fundação Educar D’Pascoal
Luiz Paulo Saade Montenegro	Instituto Paulo Montenegro
Millú Villela	Presidente do Instituto Faça Parte e Brasil Voluntário

Viviane Senna	Instituto Airton Senna
Wanda Engel Aduan	Presidente Instituto Unibanco

Fonte: Bernard, Rossi e Uczak (2014).

Além dessa forma de organização e representatividade, Martins e Krawczyk (2018) chamam a atenção para o fato de que o TPE, além dos setores empresariais, também conta com apoio e participação de atores políticos nacionais e de organizações de âmbito internacional.

Representa uma ampla coalizão de defesa de causa formada pelos principais acionistas de empresas, diretores de organizações do terceiro setor e por líderes dos governos na área da educação. Financeiramente, o TPE conta com doações de importantes grupos empresariais e de organizações internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (Martins & Krawczyk, 2018, p. 07).

A partir dessa configuração, primordialmente orientada por representantes empresariais, portanto, vinculados diretamente ao capital, o TPE traça seus objetivos e interesses no campo da educação.

Em seu estatuto, no Art. 4º, parágrafo 1, o TPE descreve como sua missão “[...] contribuir para a efetivação do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade” (Todos Pela Educação, 2020, p. 01).

Nesse documento o TPE também destaca seus principais objetivos estratégicos e suas formas de ação social, traduzindo os objetivos em 5 (cinco) metas, que foram criadas desde o seu surgimento no ano de 2006. Elas tinham como prazo de cumprimento até o ano de 2022, em que se concebem os 200 anos de Independência do Brasil, e estão assim estabelecidas no seu atual estatuto:

- Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.
- Meta 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.
- Meta 3 – Todo aluno com aprendizado adequado à sua série.
- Meta 4 – Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos.
- Meta 5 – *Investimento em educação* ampliado e *bem gerido* (Todos Pela Educação, 2020, p. 01-02, grifos nossos).

Para garantia dessas 5 (cinco) metas dentro do prazo estabelecido, no ano de 2010 o Movimento definiu da seguinte maneira as 5 (cinco) bandeiras que deveriam ser perseguidas nos próximos anos:

Bandeira Formação e carreira do professor.

- Bandeira* Definição das expectativas de aprendizagem.
- Bandeira* Uso relevante das avaliações externas na gestão educacional.
- Bandeira* Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação.
- Bandeira* Ampliação da exposição dos alunos à aprendizagem (Todos Pela Educação, 2010, p. 03, grifos do autor).

Além das 5 (cinco) metas e bandeiras acima descritas, o TPE também se propôs a contribuir para efetivar a formulação de novas políticas educacionais, como ele mesmo relata. “Por meio de uma

série de ações, propomos e reivindicamos políticas públicas educacionais que garantam aprendizagem e igualdade de oportunidades para as crianças e jovens brasileiros” (Todos Pela Educação, *s/d*, p. 01).

Partindo desses princípios e metas esse Movimento consegue intervir e monitorar a educação e seus resultados em todo o Brasil, assim inserindo nas políticas públicas os parâmetros que alega serem de “qualidade”. O que esse projeto significa de fato e como ocorre é o que necessita ser desvelado para além da aparência.

Martins (2009) ressalta que, sob o viés da classe empresarial, perante os preocupantes índices da escolarização e ensino em países como o Brasil, indica-se a necessidade de alterações na formação humana em seus aspectos técnicos e ético-políticos, para assegurar a consolidação do capitalismo em sua nova fase. Nesse sentido, a educação e seu acesso, ainda que em parâmetros restritos, configura-se como um fator a ser enfrentado pelas forças do capital, o que tem justificado a atuação e interesse do TPE na Reforma do Ensino Médio brasileiro, aspecto tratado no item a seguir.

Todos Pela Educação e sua interferência no Ensino Médio brasileiro

Organismos multilaterais mundiais e organizações da sociedade civil, como o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o TPE, tem atuado no sentido de redirecionar as diretrizes para a formação das juventudes no Brasil. As principais queixas e preocupações pautam-se no fraco desempenho nas avaliações obtidas nos últimos anos. Nesse viés o BM lançou uma agenda para as políticas educacionais, a fim de melhorar o desempenho e o interesse dos jovens na etapa do Ensino Médio. Ele propôs uma organização que envolve 3 eixos principais:

- 1) maior apoio as trajetórias de *aprendizagem* dos jovens, incentivo a conclusão do ensino médio e modernização das ‘*competências laborais*’ para, *juntamente à iniciativa privada*, produzir jovens com *competências alinhadas às demandas empresariais*, em uma ‘economia globalmente competitiva’; 2) aperfeiçoar as estruturas de proteção ao trabalhador, como salário mínimo legal, seguro desemprego e FGTS para aumentar os períodos de emprego entre jovens; 3) fornecer maior apoio aos jovens em busca de empregos através da modernização dos serviços de intermediação (BM, 2018 apud Reis & Shiroma, 2020, p. 528, grifos nossos).

Além do BM, o TPE, através de materiais que produz, como o *Anuário de Educação* que é parte do programa *Educação Já*, descreve que o Ensino Médio brasileiro que vigorava antes da nova proposta curricular de 2017 não atendia às demandas para o preparo dos jovens para a vida adulta. De acordo com os dados demonstrados no *Anuário da Educação de 2018*: “A cada 100 jovens de 19 anos, somente 64% já concluíram o Ensino Médio. E os que concluem não estão aprendendo nos níveis adequados” (Todos Pela Educação, 2018, p. 05). Esse mesmo documento retrata os resultados obtidos no Ideb do Ensino Médio brasileiro, nos anos entre 2007 a 2017, ano em que se instaurou a reforma. Conforme descrito, “[...] o Ideb dessa etapa está praticamente estagnado e encontra-se em um patamar crítico” (Todos Pela Educação, 2018, p. 06).

Além desses dados apresentados, o TPE denuncia no *Anuário* alguns efeitos dessa formação das juventudes, que tem se apresentado insatisfatória aos seus olhos: “Os jovens têm dificuldade para

realizar tarefas simples tais como interpretar o que leem, calcular trocos ou juros simples, escrever textos de uso cotidiano (como e-mails), e também para expressar claramente ideias e argumentos oralmente” (Todos Pela Educação, 2018, p. 08).

Em relação aos aspectos formativos, esse Movimento também critica a preparação dos jovens para o trabalho, visto que o modelo de formação oferecido nos últimos anos não tem atendido às demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido ele enfatiza que:

Enquanto no Brasil apenas 11,1% dos jovens cursam a Educação Profissional, em países como Portugal e França esse percentual alcança 46,0% e 42,7%, respectivamente.

Falta diálogo entre a escola e os empregadores: segundo estudo internacional, 40% dos empregadores dizem que a falta de habilidades é o principal fator para as vagas não preenchidas no nível de entrada dos postos de trabalho, no mundo (Todos Pela Educação, 2018, p. 08).

Os desdobramentos desse modelo de Ensino Médio oferecido até então nas escolas brasileiras seriam a baixa adesão e números de matrículas, assim como a taxa restrita de conclusão dessa etapa. O TPE concebe que a aprendizagem é falha e também trata da falta de flexibilização curricular, o que leva à pouca atração dos jovens por esse ensino. Todos esses percalços se dariam devido ao Ensino Médio ser estruturado por “[...] um modelo engessado por 13 disciplinas obrigatórias, em que *são abordados muitos conteúdos* desconectados entre si e que não respondem às necessidades e sonhos dos jovens” (Todos Pela Educação, 2018, p. 10, grifos nossos).

Esse diagnóstico foi utilizado como justificativa para fomentar a Reforma do Ensino Médio, realizada em 2017 e legitimada através da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que até hoje é alvo de intensas resistências no Brasil. O TPE argumenta que “[...] é essencial a implementação de um novo modelo que torne o Ensino Médio brasileiro aderente à realidade dos jovens e adaptado à vida do século XXI” (Todos Pela Educação, 2018, p. 11). As mudanças promovidas nessa reforma, portanto, atenderiam às necessidades dos jovens, com um currículo flexibilizado, mais atrativo e que estimularia o “protagonismo juvenil”.

O BM já vinha incentivando a reformulação do Ensino Médio, sendo que para ele a reforma é vista “[...] como uma importante medida para modernizar o currículo, criar pessoas que aprendam pelo resto da vida, tornando-se mais ‘resilientes a mudanças na tecnologia’ e às exigências do mercado de trabalho” (Reis & Shiroma, 2020, p. 525).

Amparadas nessas justificativas da sociedade civil brasileira e dos organismos internacionais, as políticas do Ensino Médio brasileiro foram reformuladas em 2017, trazendo mudanças profundas em sua carga horária e em sua composição curricular.

Apesar da aprovação ocorrer em 2017, alguns dados do TPE revelam que essa proposta para o Ensino Médio já vinha sendo gestada antes e que, em 2009, foi discutida entre estados, Governo

Federal, Congresso e sociedade civil. Em seguida, no ano de 2014, houve a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) que respeitou seu plano de metas, como descrito por eles:

Meta 3: Universalização progressiva do atendimento escolar de jovens de 15 a 17 anos, além da *renovação do Ensino Médio*, com abordagens interdisciplinares e *currículos flexíveis*.

Meta 6: Ampliação da oferta da educação de tempo integral (Todos Pela Educação, 2018, p. 13, grifos nossos).

Em 2016, ano da aprovação da Medida Provisória nº 746, em 22 de setembro, que antecedeu a Lei nº 13.415/2017, já foram apresentadas as novas formulações para o novo Ensino Médio brasileiro. No seu *Anuário de Educação*, através da plataforma *Educação Já*, o TPE retratou alguns dados e “preocupações” acerca dos índices obtidos com o modelo de ensino então em vigor e com a formação do jovem e seu preparo para o mercado de trabalho. Analisando os dados ao longo dos anos em relação ao desenvolvimento e procura dos jovens no Ensino Médio, o TPE retratou que houve uma “estagnação” na taxa de atendimento dos jovens entre 15 e 17 anos, nos anos de 2013 e 2014 (Todos Pela Educação, 2016).

Esse mesmo documento de 2016, em consonância com o PNE, preconizava que deveriam haver mudanças no Ensino Médio, o que exigia a criação de novas estratégias curriculares e pedagógicas.

O próprio PNE prevê em suas estratégias que se institucionalize um ‘programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte’ (Todos Pela Educação, 2016, p. 32).

Ainda de acordo com os dados e perspectivas difundidas pelo TPE, há o apontamento de que se faz necessário alterar a educação e o ensino. Isso teria que ser realizado de forma “[...] mais significativa para os adolescentes, aproximando a escola da realidade cotidiana dos alunos, flexibilizando o currículo e diversificando os percursos escolares” (Todos Pela Educação, 2016, p. 32).

O TPE apresenta-se, por conseguinte, como um parceiro precursor de alternativas para resolver os problemas educacionais brasileiros, visto que em sua concepção a educação pública atravessa uma forte crise em sua “qualidade”. A mudança necessária implica em 3 concepções: qualidade, responsabilidade e *gerenciamento*.

Partindo desse pressuposto o TPE propõe que haja uma reorganização na educação pública, por meio de um de um amplo projeto nacional, comandado por ele próprio, mediante a seguinte justificativa:

A análise dos dados demonstra que para o TPE as crises de qualidade, responsabilidade e gerenciamento estão interligadas. A crise de qualidade seria resultado da *incapacidade gerencial do Estado em administrar a educação pública* e da falta de responsabilização da sociedade em pressionar/fiscalizar os governos. Por isso, um dos princípios do TPE é a *corresponsabilidade* pela

educação. Assim, a responsabilidade pelos resultados educacionais pode ser compartilhada entre governos e sociedade, *recuperando*, simultaneamente, o *papel do empresariado* como sujeito privilegiado na interlocução com o poder executivo (Martins & Krawczyk, 2018, p. 9, grifos nossos).

Na visão do TPE, somente o Estado, sem o apoio da sociedade civil, não seria capaz de promover a “qualidade da educação”. Com essa estratégia esse grupo conquista seu espaço no campo educacional, através da condução de mudanças nas políticas educacionais, o que se encontra aliado a seu novo projeto de nação, que tem como carro chefe o discurso de “Levar a educação de qualidade para todos”. Para que se chegue a tal objetivo, o TPE considera que o Estado deva contar com o auxílio da sociedade civil, indicando uma necessária corresponsabilidade.

No entendimento do TPE, a melhoria da qualidade da educação brasileira só poderá ser alcançada mediante uma ampla mobilização de forças compostas por ‘atores’ da sociedade civil e por órgãos da sociedade política. As noções de corresponsabilidade e de parcerias constituem-se como referências centrais da proposição (Martins, 2009, p. 25).

No momento em que houve a ascensão do governo Lula e seu projeto de desenvolvimento para o Brasil, no início do século XXI, o autor supracitado identifica que o TPE, com seu projeto emergente de educação, convergiu com esse governo em suas propostas de políticas educacionais. A universalização da Educação Básica pública brasileira não ficou apenas sob os cuidados do âmbito estatal, passando a ser reorganizada através da participação de diversos setores da sociedade. Isso se deu de diferentes formas, inclusive com o auxílio do movimento empresarial e do TPE, no sentido de garantir a corresponsabilidade pela “qualidade” da educação brasileira.

Nesse sentido, como afirma Martins (2019), o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, configurou-se como um ponto de partida para o envolvimento e participação do TPE nas políticas educacionais brasileiras. Na sua acepção, o “[...] PDE é compreendido como uma das ações políticas empresariais ‘mais audaciosas já registradas no país’” (Martins, 2019, p. 176).

Denota-se assim a difícil missão de expor as conexões entre o projeto do TPE e seus interesses econômicos, ideológicos e políticos sobre o setor educacional, visto que suas propostas são precursoras de um projeto sedutor para a educação. Por isso faz-se necessário compreender que:

Mais do que influenciar o processo de construção do PDE, o TPE, por meio de seus membros, representou um ‘nó’ entre setores da sociedade civil organizada e o Estado. Com o lançamento do PDE, a agenda do grupo representado pelo TPE entrou na pauta nacional e passou a orientar a política para a Educação Básica no Brasil (Martins, 2019, p. 176).

Importante ressaltar que o TPE, através de sua articulação com vários membros e atores da sociedade, tanto empresas privadas como as de governabilidade pública, tem atuado fortemente na indução de novas políticas públicas de Educação Básica. Para isso faz o uso de “[...] táticas de comunicação e mobilização social; produção de conhecimentos e *lobbying* junto às instâncias governamentais” (Martins, 2019, p. 172).

Sintonizadas com suas formulações mais amplas para o âmbito educacional, as políticas educacionais vêm sendo discutidas no sentido de mudanças necessárias. Atrelado a essa lógica, o

governo de Michel Temer (2016-2018) impôs a reforma do Ensino Médio e também a aprovação acelerada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em 2017 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e, em 2018, para o Ensino Médio. Essa última versão da BNCC apenas legitimou as mudanças previstas pela Lei nº 13.415/2017, que reformulou a última etapa da Educação Básica no Brasil.

Como se evidencia, há uma forte convergência entre as propostas do TPE, amparadas em suas análises sobre a educação nos últimos anos, e as mudanças promovidas com a reforma do Ensino Médio. Observa-se no novo Ensino Médio a mudança na sua organização curricular, pois deixaram de ser oferecidas 13 disciplinas e esse ensino passou a ser organizado “[...] pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos [...]” (Brasil, 2017, p.01). Além disso, a Lei de 2017 também prevê a inclusão de vivências práticas de trabalho e trabalhos supervisionados através de parcerias entre empresas e escolas, bem como a permissão de que parte da carga horária seja realizada na modalidade EAD (Brasil, 2017).

Implanta-se assim um currículo flexibilizado e que atenda às demandas do setor produtivo, sendo ele ainda permeado por novos componentes denominados de *Projeto de Vida e Empreendedorismo*. Eles são ofertados sob o argumento de garantir que os jovens sejam os próprios precursores de sua subsistência futura, como se isso dependesse apenas deles, ignorando as relações sociais capitalistas em que estão inseridos.

É possível identificar desse modo como o TPE vem intervindo nas políticas educacionais brasileiras, sintonizado com o projeto disseminado pelos organismos multilaterais, especialmente no caso do novo Ensino Médio brasileiro. Esse grupo influenciou diretamente as propostas para esta etapa da Educação Básica, o que se confirma em suas proposições anteriores. Em 2013, por exemplo, defendeu duas reformulações que foram levadas a cabo na reforma, descritas dessa maneira:

1ª) Um currículo com um núcleo obrigatório, que pode ser preenchido com disciplinas eletivas à escolha do estudante ou da escola de acordo com uma prévia definição dos perfis estudantis; 2ª) Um currículo com um núcleo básico, mas combinado com a predefinição de diferentes composições disciplinares (Todos Pela Educação, 2013, apud Martins, 2019, p. 177).

Os principais argumentos dissipados por esse Movimento para reformar o Ensino Médio referem-se aos índices insatisfatórios da escola pública nas avaliações de larga escala, o que revelaria que a educação atual é inapropriada, demandando as parcerias dos grupos de empresários com o Estado. Eles colocam-se assim à disposição para “melhorar” e “promover” a educação das juventudes brasileiras.

Mediante tais aspectos compreende-se que a atuação do TPE e de organismos mundiais na educação, como o BM e a OCDE, não se dá sem interesses. Isso porque há fundamentos para tais

discursos e propostas para o setor educacional, ligados à totalidade mais ampla subsumida à lógica do capital, que precisam ser compreendidos. Tal conexão será objeto de discussão do próximo item.

O Todos Pela Educação e a perspectiva do capital para a formação humana

A configuração da educação brasileira, incluindo o Ensino Médio, é parte de um projeto mundial que vem sendo realizado nos últimos tempos para atender às mudanças no setor produtivo e econômico, instaurado no mundo desde a década de 1970, a partir da crise do capital.

Na sociedade capitalista, independente de quem governe o Estado, há períodos de crises econômicas, conforme explicam Tumolo, Oliveira e Bueno (2021). Isso porque o movimento do capital se apresenta em ciclos periódicos, que vão do ápice de produção aos grandes períodos de crises, e esse movimento é constitutivo do DNA do capital. Por isso, de tempos em tempos haverá grandes crises no setor econômico, pois está relacionado à produção da vida subsumida à produção de capital. Nessa sociabilidade, “[...] as crises cíclicas e periódicas expressam, contraditoriamente, a forma de ser saudável do capital. São inerentes à sua lógica de produção e reprodução” (Tumolo; Oliveira & Bueno, 2021, p. 126).

Mediante as crises, o capital age constantemente para superá-las e voltar a se reproduzir, impondo transformações que “[...] têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (Netto & Braz, 2012, p. 230). As medidas tomadas recaem sobre os trabalhadores, principalmente em suas condições de sobrevivência, através da redução salarial, da precarização do trabalho e até do desemprego.

Entre as formas de solucionar a crise do capital de meados dos anos de 1970, ocorreram mudanças nas formas de trabalho, a partir da instauração do toyotismo nos processos de produção. Borges, Pereira, Costa e Lopes (2011) evidenciam que essa reestruturação na organização do trabalho objetivou potencializar o rendimento do trabalho através do atrelamento da equipe, tendo como foco a competição e a articulação de habilidades cognitivas e comportamentais, a fim de obter-se a automação flexível, ou seja, um modelo que tem como característica a acumulação flexível do capital.

Acerca desse processo é importante destacar que ele veio acompanhado de alterações na gestão e no fluxo de produção e gestão, com uma base tecnológica altamente desenvolvida.

A acumulação flexível é [...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 2008b, p. 140).

Articulada a essas mudanças no setor produtivo e nas condições de trabalho, dissemina-se uma condução política para atender aos interesses econômicos, que passou a ser designada como neoliberalismo. Ele pode ser compreendido como:

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercado e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedades individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (Harvey, 2008a, p. 12).

O que se constata na prática neoliberal é a apologia às privatizações e a diminuição dos investimentos sociais pelo Estado. Já no que se refere ao atendimento das necessidades do capital, suas funções são exacerbadas para socorrer as crises e atender a seus interesses. Sobre esse contexto, Santos e Martins (2021) descrevem que há uma forte ligação entre as reformas educacionais, principalmente a do Ensino Médio, com as propostas neoliberais.

Tais reformas curriculares estão afinadas com o discurso neoliberal, o qual vem afirmando que o objetivo político de democratizar a escola depende da realização de uma profunda reforma administrativa do sistema escolar orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, produtividade e eficácia, ou seja, a qualidade dos serviços educacionais. Dessa maneira, a estratégia do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, questionando, assim, seu caráter de direito e reduzindo-a à sua condição de propriedade (Santos & Martins, 2021, p. 06).

O avanço dessas orientações educacionais ocorre no Brasil por volta dos anos de 1990, com a reforma do Estado, que adquire uma orientação neoliberal, fortalecendo o terceiro setor. O gerenciamento da educação ganha maior fôlego por intermédio das avaliações em larga escala, sob o discurso da “ineficiência” do Estado, resultando em medidas como:

[...] o crescimento de proposições de gestão gerencial nas instituições escolares e aplicação de avaliações externas, sempre justificadas para mensurar a qualidade da educação. Foi, ainda nos anos 1990, que o país atravessou a reforma do estado, provocando ampliação do discurso gerencial e da ideia de Estado oneroso e pouco eficiente (Ferreira & Santos, 2020, p. 192).

Esse processo se intensificou no início do século XXI e as últimas décadas foram regidas por essa lógica, o que permitiu a aprovação da reforma do Ensino Médio em 2017. Ela foi acompanhada de reformas sociais mais amplas no Brasil, como a trabalhista, previdenciária e o teto de gastos públicos, o que tem agravado as condições de sobrevivência e de subsistência da classe trabalhadora.

O novo Ensino Médio foi adequado às demandas dos setores econômicos através da flexibilização curricular, com a inserção da EAD e a permissão da integralização curricular por intermédio de cursos, atuação no trabalho, dentre outras medidas. Ele abre as portas para a atuação e captação de

recursos públicos pelo setor privado, promovendo uma formação aligeirada aos jovens trabalhadores, a fim de torná-los cada vez mais resilientes e reféns das manobras do capital.

Isso é obtido por intermédio da apologia de uma ilusória gestão de sucesso, o que estaria garantido principalmente graças às tecnologias e ferramentas ofertadas por seus parceiros privados. Todo esse molde configura-se como uma forma de controle das empresas privadas nas decisões educacionais, o que, por sua vez, principalmente na escola pública, acarreta em uma educação moldada aos interesses do mercado.

Com a atual configuração do Estado ganham espaço e evidência as ações do terceiro setor, ou seja, a prestação de serviços pelo público não-estatal, o que é viabilizado por intermédio das parcerias entre o Estado e o setor mercantil para o suprimento de serviços públicos à população, como saúde, educação e previdência social. Sob uma fachada de melhorar a “qualidade” da educação, ela torna-se terreno fértil para o setor empresarial em seu projeto hegemônico de Estado.

Garrido e Santos (2021) descrevem que as parcerias no meio educacional têm servido como respostas para a presença das famílias, dos grupos corporativos, fundações empresariais e organizações não governamentais (ONGs) no meio educacional. Nessa relação entre o setor público e as empresas privadas lucrativas, as parcerias são vistas como instrumento de atração de investimento privado, a fim de complementar o financiamento público. Na prática o que se verifica é o desvio dos recursos públicos para o setor privado, seja sob a forma de compra de produtos, materiais e recursos pedagógicos, seja por meio da terceirização de serviços de gestão de escolas para o setor privado.

É nesses moldes que a reforma do Ensino Médio serve ao capital, o que explica o envolvimento do empresariado nesse processo.

A Lei Federal 13.415/17 (Brasil, 2017), difundida enquanto a Reforma do Ensino Médio, acaba por ser oriunda da própria ação sociometabólica do capital, onde o empresariado tem a possibilidade de interferência no processo de elaboração de políticas públicas no campo da Educação, realizando suas experiências nas várias regiões do país por meio de parcerias público-privadas com governos estaduais e municipais, que culminaram no desenvolvimento do processo de reforma e os dispositivos legais que o compõe (Kossak & Vieira, 2022, p. 10).

As parcerias entre o público e o privado asseguram a atuação de movimentos da sociedade civil, organizados por meio de empresários do capital, a fim de comandar os novos rumos da educação no país e assim captar recursos públicos. É nesse contexto e a partir dessa lógica que o TPE tem atuado na educação brasileira, como um agente influenciador e envolvido de setores da sociedade civil organizada e do Estado, fortalecendo-se inclusive por intermédio de apoio e articulação com outros setores internacionais.

As propostas do TPE se articulam aos propósitos do *Programa para a Reforma Educacional na América Latina e Caribe* (PREAL), criado em 1996 e adotado pelo Ministério da Educação brasileiro em

2002. Importante destacar que ele é financiado pelo Banco Interamericano (BID) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Dentre seus objetivos,

[...] o PREAL pretende contribuir para a melhoria da qualidade e para a igualdade da educação, mediante a promoção de debates sobre temas de política e reformas educacionais, sobre a identificação e a difusão de boas práticas e a avaliação e o monitoramento do progresso na educação (Werlang & Viriato, 2018, p. 11).

Observa-se uma compatibilidade entre as propostas do PREAL, de 1996, e as propostas do TPE, que teve seu início em 2006, visto que ambos são financiados por representantes da sociedade civil e do capital. Tudo isso comprova que esse envolvimento dos setores privados na educação não é um dado novo.

Pode-se constatar que o TPE, assim como o PREAL, possui uma perspectiva educacional restrita para a formação da classe trabalhadora, principalmente se olharmos a fundo as suas metas e bandeiras. Suas proposições estão ligadas aos interesses do mercado e a uma noção de “qualidade educacional” ilusória, pois é restrita a uma pedagogia de resultados. “Para o TPE ‘qualidade’ se limita aos padrões de desempenho dos alunos obtidos nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e nada mais” (Martins, 2008, p. 11), o que se ampara na própria lógica das competências.

Desse modo o que se constata é que a função do TPE é justamente trabalhar sob a lógica hegemônica da classe burguesa, visto que por trás de suas metas e bandeiras há uma proposta de educação voltada à classe trabalhadora sob a perspectiva do conformismo, ou seja, um projeto educacional a serviço da dominação, favorecendo o setor mercantil e o capital, seja através da venda de serviços, seja por intermédio da oferta de plataformas de formação de professores, livros e outros materiais.

Todo esse projeto esquematizado pelo TPE, na visão de Pinheiro (2018), representa o modelo de gestão empresarial acerca de empreendimentos, pois o setor educacional é visto

[...] como motor do desenvolvimento econômico do país, tendo o lucro como foco de seus negócios e, quando colocados a refletir sobre a gestão da escola pública, o foco, normalmente, não se volta ao lucro, mas aos resultados nas avaliações institucionais tomadas como critério de qualidade (Pinheiro, 2018, p. 67).

No caso do Ensino Médio, tema mais amplo desta pesquisa, o interesse do TPE na aplicação da reforma ficou evidente. Ele lançou desde 2017 vários relatórios por meio do *Educação Já*, além de expressar sua preocupação com os atrasos na implantação das novas exigências designadas na Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), devido à pandemia.

A presença dos empresários na educação, no contexto atual, justifica-se como uma ação de agentes auxiliares do setor público, a fim de resolver os problemas educacionais e proporcionar a melhoria na educação. Seu verdadeiro sentido, no entanto, é captar recursos públicos e incentivar o uso de plataformas e materiais que controlam o ensino e direcionam para uma formação instrumental

e esvaziada de conteúdo, pautada em aprendizagens empíricas, a fim de consolidar a dominação da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil tem ganhado evidência em vários cenários nos últimos anos, principalmente por apresentar resultados insatisfatórios nas avaliações, o que tem justificado intervenções de organismos da sociedade civil e agentes econômicos mundiais. Dentre esses atores da sociedade constata-se a representatividade do TPE, que tem operado de forma assídua nas questões educacionais e promovido diagnósticos acerca dos resultados e do funcionamento da educação brasileira.

Tal grupo é financiado e gerido por setores empresariais e tem sido um grande articulador das reformas educacionais do país nos últimos tempos. Os argumentos para sua intervenção se amparam na ineficiência educacional, na baixa aprendizagem dos jovens e na incapacidade do Ensino Médio para atender às demandas produtivas do mundo do trabalho, o que requer a readequação do currículo e um novo modelo educativo que atenda a essas demandas da sociedade.

Seguindo a lógica econômica toyotista e neoliberal aprovou-se a reforma do Ensino Médio, legitimada por meio da Lei nº 13.415/2017, cuja característica principal é a flexibilização curricular e organizacional. Preconiza-se um currículo diferenciado que potencialize o “protagonismo juvenil”, composto pela BNCC e por itinerários formativos, e além disso se possibilitam diversas formas para sua integralização, como a EAD e as parcerias entre o mercado de trabalho e a escola.

Verificou-se que o TPE, através de suas propostas e apoiado por organismos internacionais, projetou um modelo de educação para resolver as demandas da sociedade capitalista. Ele se justifica a partir do discurso de que apenas a ação do Estado seria ineficiente para alcançar os resultados esperados, necessitando do auxílio da iniciativa privada. Esse processo configura-se com a abertura do setor público para a iniciativa privada, preconizado por meio da venda de serviços e materiais, terceirização de gestão de escolas e outros mecanismos. Mediante essas estratégias, amparadas legalmente, constata-se a transferência de recursos públicos aos setores privados.

Evidencia-se que tal reconfiguração na educação liga-se às demandas produtivas do capital e a sua lógica de reestruturação do trabalho, pautada no modelo de acumulação flexível e na ideologia neoliberal, que tem como viés tornar a escola espaço de incentivo e formação do trabalhador flexível, sonhador e preparado para um ilusório mercado de trabalho. Constitui-se assim um projeto em larga escala, com interesses diretos para obtenção de lucros, que mesmo com mudanças no cenário político brasileiro dificilmente será revogado, o que exige lutas intensas.

Salienta-se que a atual presença dos empresários na educação está amparada pela falácia da atuação deles como agentes auxiliares do setor público, a fim de resolver os problemas educacionais e proporcionar a melhoria na educação. Na realidade, todavia, seu verdadeiro intuito é criar as condições para a captação de recursos públicos, incentivando o uso de plataformas e materiais que

controlam o ensino e direcionam a formação para a dominação da classe trabalhadora, assegurando assim as condições necessárias para a reprodução da sociedade capitalista

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES) do Brasil, pelo apoio e financiamento na realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, L. M.; ROSSI, I, A. J.; UCZAK, L. H. Do Movimento Todos pela Educação ao Plano de Ações Articuladas e Guia de Tecnologias: empresários, interlocutores e clientes do estado. In: **X Anped Sul**, 2014. p. 1-18. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/596-0.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

BORGES, A. R.; PEREIRA, K. L. G. M.; COSTA, K. A.; LOPES, P. S. e. Toyotismo: uma análise do trabalho e da educação na produção capitalista. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, n. 4, p. 45-59, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/view/51>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: Planalto Central, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.html. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho–CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 19 jul. 2023.

FERREIRA, F. S.; SANTOS, F. A. As estratégias do “Movimento Pela Base” na construção da BNCC: consenso e privatização. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 22, n. 1, p. 189-208, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/14031/9406>. Acesso em: 23 out. 2023.

GARRIDO, F. J. A.; SANTOS, M. R. S. Parceria Público-Privada: privatização, mercantilização e financeirização na educação básica pública. **Germinal: Marxismo e Educação em**

Debate, v. 13, n. 1, p. 72-89, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43767>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008a.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ª edição. São Paulo: Loyola, 2008b.

KOSSAK, A.; VIEIRA, N. B. Atuação do empresariado no novo Ensino Médio. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso em: 25 out. 2023.

MARTINS, A. S. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela educação”. **Práxis Educativa**, v. 4, n. 1, p. 21-28, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89415700003>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MARTINS, A. S. Todos Pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil, século XXI. In: **31ª Reunião Anual da Anped**, Caxambu, 2008. p. 1-16. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/gt09-4799—int.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MARTINS, E. M. **Empresariamento da Educação Básica na América Latina**: redes empresariais prol educação. 253 f. Tese (Doutorado)–Curso de Doutorado em Educação., Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicamp, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2019/11/tese-erikamm-final.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento Todos Pela Educação. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674/10982>. Acesso em: 25 ago. 2023. <https://doi.org/10.21814/rpe.12674>

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, A. O. **O Movimento “Todos Pela Educação”**: o público, o privado e a disputa de projetos educacionais no Brasil. 2018. 314 f. Tese (Doutorado)–Curso de Doutorado em Educação, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba–PR, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6322962. Acesso em: 08 maio 2023.

REIS, L. H. F.; SHIROMA, E. Trabalho e Educação na agenda do Banco Mundial para juventude brasileira. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 511-537, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60185#:~:text=Resumo,e%20trabalho%20no%20próximo%20período>. Acesso em: 24 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.29148/labor.v1i24.60185>.

SANTOS, F. S.; MARTINS, S. A. Novo Ensino Médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://bell>.

unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5786. Acesso em: 15 jun. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório de Atividades**. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/275.pdf?841327348. Acesso em: 24 ago. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica. 2016**. São Paulo: Moderna, 2016. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Anuario2016.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica. 2018**. São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Anuario_Educacao_2018.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Estatuto Social**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/11/estatuto-minuta-site.pdf>. Acesso em 23 ago. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Somos O Todos**. s/d. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 28 maio 2023.

TUMOLO, P. S.; OLIVEIRA, A. R.; BUENO, J. Z. Da educação pública à educação privada: os rumos do Ensino Superior no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 13, n. 1, p. 119-137, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43599>. Acesso em: 10 jul. 2022.

UCZAK, L. H.; BERNARDI, L. M. A organização e ação do movimento empresarial Todos pela Educação durante a pandemia da COVID-19. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, e79504, ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/79504>. Acesso em: 20 ago. 2023.

WERLANG, A. C.; VIRIATO, E.O. O Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (PREAL) e a política e formação docente no Brasil na década de 1990. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 4, n. 6, p. 10–23, 2018. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/52>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COMO CITAR — APA

Costa, D. E., Gonçalves, T. O., & Mariano, W. dos S. (2024). Movimento Todos Pela Educação e o empresariamento do Novo Ensino Médio no Brasil. *PARADIGMA*, *XLV*(2), e2024012. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024012.id1366>.

COMO CITAR — ABNT

SOUZA, Maria Eduarda Rissatti; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; SEMZEZEM, Priscila. Movimento Todos Pela Educação e o empresariamento do Novo Ensino Médio no Brasil. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLV, n. 2, e2024012, Jul./Dez., 2024. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024012.id1366>.

HISTÓRICO

Submetido: 01 de fevereiro de 2024.

Aprovado: 04 de junho de 2024.

Publicado: 01 de julho de 2024.

EDITOR

Fredy E. González  

ARBITROS

Dos árbitros evaluaron este manuscrito y no autorizaron la publicación de sus nombres